

# AGRICULTURA FAMILIAR: A BUSCA PELA INCLUSÃO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Resultado de investigação finalizada

GT08-Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social

Carla Verônica de Lima Duque-PUC-SP

[carladuquegeo@gmail.com](mailto:carladuquegeo@gmail.com)

## RESUMO

O foco deste artigo está relacionado à busca da sobrevivência de uma parcela da população que se encontra excluída socialmente, os assentados de reforma agrária e que vê a terra como alternativa de sobrevivência através da agricultura familiar. Perante este quadro, destaca-se a importância da prática da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária, como possíveis saídas para garantir o sustento das famílias e promover também a integração social através do emprego e renda, além do reconhecimento pelo potencial na geração de alimentos para a sociedade rumo a uma cidadania. Hoje, várias famílias desta comunidade já estão colhendo os frutos destas conquistas, como moradia, emprego, renda e a própria subsistência, aquisições retiradas da terra através da prática da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar, Construção da Cidadania, Exclusão social.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde um passado longínquo, é sabido que a situação fundiária no Brasil é uma questão pendente, na qual sempre foram observados conflitos pela posse de terras e das organizações dos trabalhadores na luta pela própria sobrevivência. Segundo Chiavenato (1996), a distribuição de terras nunca foi equitativa, sendo que, com o passar dos anos, esta situação pouco mudou, apesar do aumento de assentamentos agrícolas nas últimas décadas.

O presente artigo pretende analisar a realidade e as condições sociais e econômicas, em um assentamento de reforma agrária, denominado Dom Orione situado em Betim Estado de Minas Gerais, objetivando a construção da cidadania. As questões relacionadas a essa pesquisa está na busca pela sobrevivência de uma parcela da população que se encontra excluída socialmente e que por intermédio dos movimentos sociais, lutam por uma alternativa de integração na sociedade através da prática da agricultura familiar.

Na visão de Zhouri, Laschefski, e Pereira (2005), a questão da desigualdade na distribuição de renda e a dificuldade de se resolver os conflitos, são fatores que mostram a diferença de forças dos atores do processo. Esta situação retrata que, mesmo havendo um discurso da participação, as tomadas de decisões quanto ao uso e ocupação do solo ocorrem de cima para baixo, o que vem a propiciar o favorecimento de pequenos segmentos da sociedade, em função do controle econômico e político que estes desempenham (ZHOURI *et al.*, 2005).

Nesta perspectiva, cabe refletir sobre as questões que envolvem o meio rural. Há uma série de fatores envolvidos no processo que impedem a concretização de projetos de reforma agrária. Passando por matrizes políticas e econômicas, tais fatores recaem sobre a esfera social, dificultando e atrasando a efetivação de projetos que visam dar condições dignas de vida para a maioria da população carente e que depende da terra para sobreviver.

De acordo com Acsegrad (2001), para um desenvolvimento democrático e sustentável, a reforma agrária possui um papel fundamental, pois carrega a função e a potencialidade de fortalecer a agricultura familiar, colaborar para a reorganização do espaço, diminuir a pressão demográfica

nos centros urbanos e tentar amenizar as desigualdades e a exclusão social, além de oferecer alternativas viáveis de preservação ambiental.

Diante deste quadro, a prática da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária têm sido vista como fator de suma importância tanto para a integração social, possibilitando emprego e renda, como via de sustento para essas famílias, abrindo caminho para possíveis saídas. Ainda assim, favorece a sociedade com a geração de alimentos, aumentando o sentimento de cidadania de um grupo até então excluído.

A comunidade do Assentamento agrário pesquisada está situada em uma área de aproximadamente 200 hectares de terra fértil do município de Betim – região metropolitana de Belo Horizonte – conhecida mundialmente por seu grande parque industrial. Atualmente, a cidade é considerada a segunda economia do estado de Minas Gerais, atraindo pessoas de várias partes do país, que buscam empregos e melhores condições de vida. E, como é comum em regiões metropolitanas, Betim sofre com o crescimento rápido e desordenado.

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1. AGRICULTURA FAMILIAR COMO POSSÍVEIS CAMINHOS PARA CIDADANIA

Para buscarmos respostas acerca das novas perspectivas nos assentamentos agrários e a inclusão social destes assentados, teremos que analisar o conceito de agricultura familiar e suas performances. Encontrar um conceito exato é uma tarefa difícil diante deste enfoque. O conceito de agricultura familiar sofreu e vem sofrendo várias evoluções, transformando e tomando novos sentidos para se adaptar ao novo modelo agrário vigente. Citaremos diferentes definições, abordagens e interpretações referentes ao papel econômico e social do trabalho familiar, procurando entender sua trajetória histórica.

Segundo Baudel Wanderley (2000) “[...] pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”. A autora destaca a importância da agricultura familiar, dentro de um contexto social, como uma categoria significativa nas atividades do campo.

No cenário brasileiro, durante muitos séculos, as grandes propriedades de terra se estabeleceram em torno da representação da agricultura camponesa, calcada na exploração e na dominação da propriedade com mão-de-obra escrava. Este processo histórico referente ao modelo original do campesinato é traduzido por Baudel Wanderley como:

[...] as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; à dominação econômica, social e política da grande propriedade; marca da escravidão e a existência de uma enorme fronteira de terras livres [...]. (BAUDEL WANDERLEY, 1997, p. 22)

No entendimento dessa autora, a definição de agricultura familiar é muito ampla, abarcando uma variedade de posicionamentos. A autora avalia que o campesinato tradicional: “[...] tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global”. (BAUDEL WANDERLEY, 1999, p. 23)

Carneiro (1999) busca valorizar a lógica das relações sociais diante do conceito de agricultura familiar. Em seu ponto de vista, é importante situar a unidade familiar como uma “unidade social, que administra a reprodução social de seus membros em situações materiais e culturais distintas”. (CARNEIRO, 1999). Explica ainda que, ao se optar pela família como unidade de observação, percebe-se as relações entre os indivíduos e os valores que oferecem sentidos a essas relações, ao passo que, se fossem observadas as unidades de produção, isto não seria possível.

Abramovay (1997) observa que o foco de relevância da agricultura familiar é tão recente que, em meados de 1995, ainda se falava em documentos e textos científicos, que a agricultura familiar era definida como uma “Produção de baixa renda”, sendo também considerada como “pequena produção”, e até mesmo de subsistência. O autor nota ainda que os termos usados ressaltavam a relevância da agricultura familiar sob a ótica social, deixando de lado sua importância econômica.

Moreira (1999) faz uma distinção entre agricultura familiar, ocorrida com pequenos agricultores que já possuem a terra como espaço de produção, e a prática da agricultura familiar nos assentamentos agrários no contexto dos procedimentos sociais. Para o autor,

[...] enquanto a primeira noção refere-se a formas sociais já constituídas, portanto integradas e sujeitas à lógica competitiva desta integração; a outra noção mostra que nos assentamentos rurais está associada ao processo social e político de acesso à terra e de constituição de novas formas sociais de organização produtiva e de integração social. (MOREIRA, 1999, p. 157)

Na perspectiva econômica, cultural e política, o que Moreira (1999) pontua é que a agricultura familiar abre várias possibilidades, não só para o pequeno produtor, mas também, para um segmento social que se encontra em um processo diferenciado, que são os assentados rurais. O autor ressalta ainda que “assentamentos rurais abrem novos espaços para uma possível integração mercantil para desempregados e assalariados e filhos agricultores”. (MOREIRA, 1999, p.176)

Na visão de Moreira, nos assentamentos rurais existem caminhos e formas sociais de produção que viabilizam o enfrentamento de crises diante de problemas conjunturais. Em suas palavras, nestes espaços, “[...] formas cooperadas, associadas ou coletivas podem apontar alguns caminhos que garantam maior estabilidade e resistência” (MOREIRA, 1999, p. 176). Para o autor, os assentados têm caminhos abertos, como seres sociais, que seriam o trabalho para a família e as perspectivas de melhoria de vida, mas que, entretanto, não estariam isentos de riscos.

Perante o processo apresentado acima, cabe perceber como a agricultura familiar – como categoria social do campo brasileiro e ao longo de sua trajetória histórica – tem conseguido manter-se, transformar-se, quando necessário, e reproduzir-se socialmente, suportando as fortes pressões externas do mundo capitalista moderno, buscando uma possível proposta favorável de vida.

## **2.2. CIDADANIA EM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO**

No contexto destas comunidades rurais, com objetivos comuns ali instalados pelo grupo, não podemos deixar de mencionar a busca da cidadania destes indivíduos – calcada na luta pela terra para sobreviver. Essa é uma luta pela garantia do acesso aos bens sociais, pela liberdade de ir e vir, pelo direito de expressão, pela liberdade de consciência, enfim, por uma incessante busca pela melhoria da qualidade de vida.

Demo (1995) e Acselrad (2001) definem a cidadania como um elemento essencial do desenvolvimento. O primeiro aponta também para o fato de que a cidadania pode ser conceituada como “[...] competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada”. (DEMO, 1995, p.1)

No desenvolvimento da questão, Demo (2006) assinala que a condição política consente que o indivíduo, diante das circunstâncias oferecidas, seja autor do seu destino e levante uma autonomia coerente e provável. Aceita a concepção de sujeitos criativos e críticos que construam cidadanias organizadas e importantes. Segundo o autor, para superação das desigualdades sociais, o sujeito precisa ser autor do procedimento de mudança e da construção do destino. Entretanto, são indispensáveis alguns pressupostos fundamentais, tais como: identidade cultural, organização política, comunicação, educação e processo emancipatório, ou seja, é necessário que o sujeito histórico seja livre para calcar seu destino. (DEMO, 2006).

Para Marshall (1967), a definição clássica de cidadania perpassa por três princípios de direitos: civis, políticos e sociais. Para o autor, o cidadão pleno seria aquele que pudesse gozar dos três princípios. Os direitos civis são os que asseguram a liberdade de ir e vir, direito à propriedade, liberdade de pensamento, igualdade, direitos fundamentais à vida, ou seja, a garantia da liberdade individual. Os direitos políticos traduzem-se na garantia da participação direta ou representativa no governo, ou seja, a garantia do direito de voto. Vale complementar que os direitos políticos dependem dos direitos civis, no tocante à liberdade de opinião. Já os direitos sociais, que asseguram a vida em sociedade, são os que garantem a participação cidadã na vida coletiva: direito à educação e à saúde, acesso ao trabalho, ao salário justo, à aposentadoria e a outros serviços sociais, ou seja, sua essência está baseada na justiça social.

Marshall (1967) analisou a formação dos três direitos na Inglaterra, considerando os fatos históricos que marcaram a construção da cidadania no país. O autor menciona que a gênese dos direitos ocorreu em uma seqüência lógica de aquisição e consolidação: a formação dos direitos civis no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX.

O autor aponta ainda, que embora a origem desses direitos tenha ocorrido em séculos distintos, seu desenvolvimento, especialmente os direitos sociais, esteve entrelaçado ao desenvolvimento dos direitos políticos, abarcando os séculos XIX e XX. Segundo Marshall (1967), a consolidação dos direitos não ocorreu de forma linear e plena, mas enfrentou desafios e obstáculos.

Seguindo os pressupostos de cidadania e, diante das propostas de superação da exclusão social, no Brasil, como em qualquer sociedade capitalista, infelizmente os direitos de cidadania estão centrados no predomínio do direito privado sobre o direito público, ou seja, nos direitos essenciais à acumulação de capital. Mesmo considerando as conquistas sociais, muitas vezes, elas são ameaçadas pelos interesses das classes dominantes, como se estas classes fossem únicas e exclusivas.

Em outra vertente relacionada à cidadania, Dagnino (1994) aponta para “uma nova noção de cidadania”. Segundo a autora é preciso salientar alguns pontos: o primeiro seria a cidadania e seu elo com os diversos movimentos sociais urbanos, entre outros, e no tocante à conquista por direitos, “[...] tanto direito à igualdade como o direito à diferença” (DAGNINO, 1994, p. 104); em um segundo ponto é ressaltada a emergência de uma construção de democracia mais ampla e aprofundada. Estes dois pontos culminam em um terceiro item considerado pela autora como fundamental, dentro da visão de cidadania: “[...] o fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um nexos constitutivo entre as dimensões da cultura e da política”, ou seja, “a construção e difusão de uma cultura democrática”. (DAGNINO, 1994, p. 104)

Nos pressupostos de Dagnino (1994), a cultura democrática no Brasil possui grande relevância, pois é pautada nos pilares das desigualdades econômicas que recaem sobre um ordenamento social, tais como fome e a miséria. Para a autora, há também uma estrutura social desigual, concebida no que ela denomina de “autoritarismo social” apoiado na cultura do país, seguindo os parâmetros de classe, raça, gênero, que reforçam diferentes categorias de indivíduos distribuídas em seus referentes lugares sociais.

Segundo Dagnino o autoritarismo social produz “[...] formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis” (DAGNINO, 1994, p. 105). Ainda para a autora, a eliminação do autoritarismo social seria o caminho essencial para a concretização da democratização da sociedade.

Dagnino (1994) faz alusão à cidadania como estratégia política, levando em consideração o seu processo histórico, pois, para ela, não existe um conceito único de cidadania, mais sim, uma realidade e evolução de conflitos reais vivenciados pela sociedade, em um período histórico, traduzidos e determinados pela ação política. A autora chega à definição de uma nova cidadania, a partir do “direito a ter direito”, ressaltando uma lógica política e econômica contrária aos pressupostos liberais.

A nova cidadania requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”. (DAGNINO,1994, p. 108)

Em nossa sociedade existem ainda múltiplos espaços sociais nos quais exercer direito é um privilégio ainda de poucos, perante uma sociedade capitalista e conservadora, em que o capital é ainda um dos principais meios de exclusão da sociedade contemporânea. A cidadania, envolvendo direitos humanos, tais como liberdade de se organizar e de se expressar, segurança, dignidade, continuará a ser um privilégio de poucos, reproduzindo a tradição do país de privilegiar poucos em detrimento de muitos, ou será capaz de emancipar os sujeitos sociais como um todo?

### 2.3. AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DE EXCLUSÃO SOCIAL E SEUS ENFRENTAMENTOS

Castells (1998) define exclusão social como: “O processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de acender a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autônoma dentro das normas sociais enquadradas por instituições e valores, num determinado contexto” (CASTELLS,1998, p. 73 *apud* STOER, 2004, p. 26). O autor leva em consideração a classificação diferencial de poder nas relações sociais dos grupos.

Para Martins (1997, p. 14), não existe um conceito de exclusão. Na verdade, o autor afirma que o conceito é impróprio, às vezes, vago e indefinido, ressaltando que o conceito é empregado como se fosse uma palavra mágica para caracterizar todos os problemas sociais. Segundo Martins,

[...] não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa [...]. (MARTINS, 1997, p. 14)

Na opinião de Barros (1995), o termo “exclusão social” surgiu na Europa, nos anos 1950, para retratar a realidade de alguns grupos afetados por problemas como a falta de emprego e as condições precárias de minorias étnicas. A utilização do termo no Brasil é relativamente recente, sendo que nos anos de 1970 utilizava-se o termo “desigualdade”. O Brasil crescia, mas, acompanhando seu crescimento, surgiram as desigualdades sociais e regionais. (TOLIPAN; TINELLI, 1975)

Nos anos de 1980, há um novo posicionamento para a situação social do país e o termo mais utilizado passa a ser “pobreza” (ABRANCHES, 1985; ZALUAR, 1985). Visivelmente, o país, com a crise dos anos 1980, passa a admitir um crescimento vertiginoso da pobreza. Foi nos anos 1990 que a expressão “exclusão social” passou a prevalecer sobre os demais termos para retratar tais condições.

Ainda assim, sabemos que é um conceito utilizado freqüentemente nas várias ciências para se referir a todo tipo de problema social, com sentidos muitas vezes amplos, tais como: desigualdade, miséria, pobreza, isolamento, preconceito, privação e vulnerabilidade, entre outros.

A pobreza, por outro lado, é entendida como uma situação caracterizada por uma multiplicidade de privações de caráter econômico, político e cultural, presente em qualquer sociedade moderna e, sobretudo, nos países pobres.

Stoer (2004) aponta para a exclusão e inclusão *social* como um só conceito, mencionando a seguinte teoria: “Pode defender-se que falar de exclusão social é falar simultaneamente de inclusão social”; e também que a “[...] inclusão social e a exclusão social são conceptualizadas como duas

entidades diferentes, nas quais o objetivo é produzir inclusão social e eliminar a exclusão social de determinados grupos sociais”. (STOER, 2004, p. 27)

No que se refere à conquista da terra como meio de sobrevivência e às novas perspectivas nos assentamentos, a dificuldade do acesso a terra e a exclusão de milhares de camponeses é uma questão crítica no Brasil. Isto, porque enfrentamos um vertiginoso declínio da indisponibilidade do acesso a abundantes terras improdutivas para a população agrícola, como também enfrentamos uma concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos indivíduos. Esse tipo de exclusão leva os camponeses tanto à pobreza, como à vulnerabilidade, pois a posse da terra possibilita não só a sobrevivência, mas também a integração social.

Na década de 1980, Jaguaribe (1989) disseminou por meio de suas obras – *Brasil 2000*, do ano de 1986, e *Brasil: Reforma ou caos*, de 1989 – questões relacionadas aos aspectos de nossa dívida social em uma visão mais atualizada. A idéia principal para o autor em suas obras foi a percepção de uma dualidade social, ou seja, da construção de dois Brasis. Um Brasil com uma sociedade moderna e industrial, apresentando uma menor fatia da população, e por outro lado, uma sociedade atrasada, apresentando uma maior fatia.

Dentro dessa linha de raciocínio, considerando a estrutura do Brasil, a partir de indicadores sociais, tomamos como base a obra *Atlas da exclusão social*, do autor Márcio Pochmann (2005). Em sua visão, a atual crise que assola o desenvolvimento capitalista no país, iniciado em 1980, apresenta em sua íntegra um desenvolvimento longo e complexo, traduzidos por ele como sendo: “[...] esgotamento do projeto de nação sustentado pela urbanização e industrialização, observa-se a prevalência do ciclo de financeirização da riqueza que asfixia o potencial de crescimento produtivo e ocupacional do país”. (POCHMANN, 2005, p. 9)

No seu entendimento, o período de 1930 a 1980 mostrou um admirável desenvolvimento e crescente progresso que determinou o marco da urbanização e da industrialização, mas que veio reforçar uma sociedade com uma política não-democrática, resultando numa disparidade social entre os brasileiros.

Pochmann (2005) ainda enfatiza que a passagem da sociedade rural para urbana, ocorreu “[...] sem ruptura social, o que permitiu substituir as condições de miséria do campo pelas formas variadas de manifestação da exclusão nas cidades”. (POCHMANN, 2005, p. 24)

Na visão de Pochmann (2005), o período de 1950 até 2000 foi marcado por grandes transformações e avanços no desenvolvimento do país, mas não houve alterações estruturais sócio-econômicas, o que manteve grande parcela da população excluída do contexto de bem-estar social. No entendimento de Pochmann, “[...] o Brasil insere-se no terceiro bloco de países em piores condições, seja no mapa do contraste entre pobres e os ricos, a inclusão é o principal desafio nacional neste limiar do século XXI”. (POCHMANN, 2005, p. 26)

Dessa forma, constata-se que grande parte da população brasileira vive em situação de miséria e pobreza, enquanto uma minoria concentra alta renda, ou seja, o padrão de vida da maioria do povo brasileiro é baixo. Por outro lado, a industrialização e a modernização não foram acompanhadas de investimentos que beneficiassem socialmente a população brasileira.

Em suas pesquisas, Pochmann (2004) pontua que os longos e acentuados processos de exclusão social, que ocorrem até hoje no país, foram produtos da evolução histórica capitalista. O autor faz referência a um conjugado de reformas clássicas não realizadas no Brasil na íntegra, que propiciariam prováveis soluções para exclusão, tais como: reforma fundiária, tributária e social.

No tocante à reforma agrária, esta não apresentou uma grande abrangência, e, embora houvesse tentativas, quase sempre frustradas em aplicá-la, como consequência, o país enfrentou sérios problemas, como o crescente êxodo rural, mais acentuado em certos períodos históricos, o que favoreceu o inchaço nas grandes cidades. Disso, sobreveio uma precarização do mercado de trabalho e graves contradições sociais de uma grande parcela da população, o que resultou, nas palavras do autor, na “urbanização da pobreza”.

No geral, o país passou pelo ano de 1980 com uma dificuldade de enfrentamentos, tanto com relação ao desenvolvimento econômico, quanto em termos de problemas sociais. Neste sentido, era

imprescindível para o Brasil uma política sócio-econômica bem estruturada de governo num conjunto de medidas adequadas.

Diante da conjuntura dos anos de 1990, Pochmann (2004) faz referência à política neoliberal e a seus ajustes para conter os gastos, devido aos enfrentamentos da crise econômica que se mostravam instalados no Brasil, frente ao capitalismo. Este quadro foi marcado por uma política de privatização do Estado, aumentando a exclusão social.

Em uma visão evolutiva da história, a tradução do modelo neoliberal aplicado no Brasil, nesta fase, foi uma implementação feita pelos governos dos Presidentes Collor de Melo, posteriormente, Itamar Franco, e consolidadas no governo Fernando Henrique Cardoso, em que houve uma tendência na qual o setor público era tido como ineficiente, colocando no cenário o mercado do setor privado (privatização), considerado eficiente para o país. Na verdade prevaleceu a tese do Estado mínimo, zerando grande parte das conquistas sociais.

As conseqüências da política neoliberal para o país foram manifestadas por uma concorrência desleal com as multinacionais, quebra do aparato industrial e ausência do Estado nas políticas sociais, o que repercutiu no alto grau de desemprego, recessão econômica e, no mais preocupante, que foi a ampliação das diferenças e desequilíbrios sociais internos, que permanecem até os dias de hoje no país.

Dentro do panorama das reformas neoliberais, no tocante à reforma agrária, Pochmann (2005) pontua que, a partir de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou uma política de reforma agrária denominada “política compensatória”, pautada em amenizar os intensos conflitos, a qual criava regras para ajustar os assentamentos agrários efetivados e espalhados pelo Brasil. Nas palavras do autor: “As limitações dessa política, porém não foram suficientes para fazer face à multiplicação do número de trabalhadores assalariados lançados ao desemprego (e que passam a se integrar à luta pela terra) [...]”. (POCHMANN, 2005, p. 40)

Enfim, o que se percebe ao longo dos anos é a preocupação governamental em uma busca incessante de soluções para a realidade dos problemas econômicos e políticos do país, sendo estruturado rumo a um crescimento econômico, mas sem atingir perspectivas de alcançar conjuntamente um desenvolvimento social. Pochmann (2004) indica uma necessidade emergente de se aplicar uma nova metodologia diante das políticas públicas a nível governamental, em que o cidadão é encarado e trabalhado em “[...] sua totalidade, não de maneira parcial e setorializada”. (POCHMANN, 2004, p. 142)

O que se percebe hoje é uma lacuna por não ter sido colocado em prática prováveis soluções em anos anteriores. Uma das alternativas viáveis mencionada em sua obra, entre outras, seria a prática de uma estrutura fundiária bem planejada e estruturada, o que concederia melhores condições, avanços e oportunidades para a sociedade brasileira como um todo, propiciando educação, habitação, saúde e alimentação, por meio do acesso a terra, diminuindo os problemas sociais hoje existentes.

### 3. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos de analisar a realidade e as condições sociais e econômicas, em um assentamento de reforma agrária, denominado Dom Orione situado em Betim Estado de Minas Gerais, objetivando a construção da cidadania através da prática da agricultura familiar foi adotada pesquisa qualitativa.

Foram feitos levantamento bibliográfico de assuntos relacionados ao tema, tais como: Reforma agrária, cidadania, inclusão social, agricultura familiar.

Para obtenção de dados primários foi feita uma pesquisa exploratória com levantamento de dados e informações do assentamento em questão, incluindo a criação e aplicação de questionário fechado pelo qual foram realizadas entrevistas diretas com amostragem aproximada de 26 famílias assentadas, dentre as 39 existentes, enfatizando condições de vida e as questões sociais enfrentadas.

Foram feitas duas entrevistas qualitativas semi-estruturadas, com perguntas abertas a dois líderes comunitários do assentamento. Estas entrevistas serviram para verificar o ponto de vista destes líderes, que pode vir a divergir das demais famílias assentadas.

E por último foram realizadas visitas às áreas e observações de campo, para melhor inteirar-se da realidade local e estabelecer contato com as lideranças políticas e sociais comunitárias, com a observação direta, utilizando como técnica o registro fotograficamente, a partir do trabalho de campo.

#### 4. RESULTADOS

Apesar da existência de programas governamentais e órgãos para cuidar dos assentamentos de reforma agrária, estes ainda não conseguiram atingir em sua totalidade uma excelência em termos de reforma agrária na íntegra. Em especial, no Dom Orione, torna-se perceptível o apoio e o suporte financeiro dos órgãos governamentais em instâncias municipais, estaduais e federais voltados para manutenção da comunidade.

Dentre os principais desafios enfrentados dentro do Assentamento ressaltados pelas famílias, foram destacados as dificuldades de comercialização dos produtos e o pouco apoio dos governos. Estas observaram que o apoio governamental existe, mas que o acesso e a agilidade para se obter tal suporte são dificultados devido às burocracias, exigências e trâmites para se ter tais acessos, somados à própria desinformação de como proceder para obtenção dos mesmos, por parte de algumas famílias.

Perante as análises da pesquisa, merece destaque a prática da agricultura familiar que vem contribuindo de forma efetiva na renda dos assentados do Dom Orione, embora ainda tenha uma parcela de famílias no Assentamento que não atingiram um nível satisfatório de produção. Fica evidente que as famílias tiram o sustento e alcançam uma renda suficiente por meio do trabalho com a agricultura familiar, e com as lógicas produtivas apoiadas no seio da família, o que demonstra uma organização deste trabalho.

Hoje, várias famílias desta comunidade já estão colhendo os frutos destas conquistas, como moradia, emprego, renda e a própria subsistência, aquisições retiradas da terra. Outra questão é a formação de novos valores nas tentativas de novas práticas sociais, sendo que estas famílias, atualmente, se sentem inseridas com dignidade na sociedade, mesmo que algumas ainda não tenham atingido todos os padrões desejados, de acordo com os dados coletados.

Esta prática na Comunidade Dom Orione, hoje, vem atingindo alguns objetivos sociais esperados, oferecendo alternativas e possibilidades perante as necessidades dessa parcela da população carente a qual analisamos. Neste sentido, a agricultura familiar aplicada no Assentamento, somada à renda desses assentados, vem propiciando a formação de cidadãos ativos, pelo crescimento da consciência e da prática.

Todavia, vale mencionar que para se chegar a uma cidadania, para que se tenha uma vida realmente mais plena, precisa-se de uma formação política e, no geral, o que se percebe é que essa visão não é compartilhada por todo o grupo de assentados. Estes têm uma formação mais prática de como melhorar o plantio, como comercializar os produtos, faltando-lhes uma visão política. Ainda nesse segmento, no que diz respeito ao exercício da cidadania plena, a Comunidade Dom Orione ainda não conseguiu atingi-la, pois os assentados não obtiveram acesso a todos os direitos.

A Comunidade Dom Orione apresenta uma baixa qualificação política como um todo, o que vem atrapalhar o grupo a atingir maiores reivindicações de direitos, dificultando o caminho das conquistas sociais, negociações com órgãos externos, entre outros. Frente às dificuldades enfrentadas, os membros da comunidade se apóiam na associação geral e, principalmente, no líder que coordena e gerencia os problemas do Assentamento. Portanto, o que pode ser passível de ocorrer dentro do Assentamento é que a comunidade acaba transferindo, para o dirigente da Associação, as respostas e soluções dos problemas que deveriam ser decididas coletivamente.

Cabe aqui uma colocação deste estudo, no sentido de que, além do suporte financeiro disponibilizado, é preciso um acompanhamento sistemático e aprofundado dos mesmos, pois o



Assentamento é dotado de uma multiplicidade de realidades sociais que acompanham cada família, e, nem sempre, a realidade e a necessidade de uma família podem ser como as de tantas outras que vivem nele. Percebemos que determinadas ações políticas que são aplicadas pelo governo estão ligadas a algumas políticas transitórias, como é o caso da atuação da Prefeitura de Betim em sua gestão atual, a qual tem dado muito incentivo para o desenvolvimento do Assentamento Dom Orione como é salientado pela comunidade.

Neste segmento sabe-se que o governo tem que fazer o seu papel, mas os assentados, como sociedade organizada, têm que fazer suas intervenções, pressões e, principalmente, reivindicações para alcançarem níveis superiores de resultados.

Enfim, perante os vários problemas enfrentados, as conquistas também estão presentes. Os 16 (dezesseis) anos de existência do Assentamento Dom Orione reforçam o sucesso do mesmo. Este grupo está trilhando seus caminhos em busca de uma justiça social para alcançar uma qualidade de vida mais digna e a construção da cidadania calcada no trabalho com a prática da agricultura familiar.

Para finalizarmos a pesquisa perguntamos a um dos entrevistados quais eram as perspectivas para o Dom Orione, este respondeu que:

Crescer, multiplicar, trabalhar, vender alimentos de qualidade ali no mercado, estar abastecendo [...]. O Dom Orione, pode ser prá nós uma vitrine de um assentamento que está dando certo, e que vai mostrar muita coisa boa prá gente[...] tem todos os ingredientes necessários!É como fazer um bolo! Está tudo na mesa. (Entrevistado A)

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr./jun.1997.

ABRANCHES, Sérgio. *Os despossuídos, crescimento e pobreza no país dos milagres*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

BARROS, Alice Monteiro de. *A mulher e o Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 1995.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. *O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 21. Mesa-Redonda, Caxambu: UFMG, 1997, p.1-12.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 2ª ed. Cap.1, p.21 – 55.

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Anais SOBER*. Rio de Janeiro, 2000.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto José. *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CASTELLS, Manuel. *End of Millennium*. Oxford: Blackwell, 1998.

- CHIAVENATO, Julio José. *Violência no campo - o latifúndio e a reforma agrária*. São Paulo: Moderna, 1996. 43 p.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutela e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995. 171p.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê, 2006.
- JAGUARIBE, Hélio *et al.* *Brasil: Reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.
- MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: Processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Muad, 1999.
- POCHMANN, Márcio. *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). *Atlas da exclusão social vol.5*. São Paulo: Cortez, 2005.
- STOER, Stephen R. *et al.* *Os lugares da exclusão social: Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A controvérsia sobre distribuição da renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.